

OS INDUSTRIAIS GAÚCHOS NO PÓS 64: O PALCO E O ATOR*

Naira Lima Lapis**

1 - Considerações preliminares

A trajetória dos industriais gaúchos no pós 64 foi alvo de uma série de estudos na Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), que procurou reconstituir a posição e a atuação política da classe diante das diferentes conjunturas, na tentativa de conhecer esse ator, senão estratégico, relevante para a consolidação da ordem democrática no País.

As razões que levaram ao estudo dos industriais no Rio Grande do Sul prenderam-se, de início, à própria precariedade de pesquisas sobre as burguesias regionais localizadas fora do eixo Rio de Janeiro—São Paulo. De fato, uma parte expressiva da literatura brasileira acerca do empresariado industrial fundamenta suas interpretações tomando como parâmetro os industriais situados no núcleo mais dinâmico da economia, generalizando a partir daí para o conjunto da burguesia industrial nacional.¹ Refiro-me aos clássicos estudos de Cardoso (1964) e Martins (1968), que estudaram os industriais do centro do País e estenderam suas interpretações para o restante do empresariado industrial nacional, perdendo de vista, com isso, as especificidades dos empresários inseridos em outros contextos. O propósito de pesquisar os industriais gaúchos corresponde, assim, a uma tentativa de melhor conhecer essa fração de classe.

Uma segunda razão está baseada em elementos específicos constitutivos da história do RS: a situação de fronteira e as permanentes guerras em defesa do território, com a conseqüente militarização da sociedade gaúcha; a posição de supridor do mercado interno nacional — inicialmente através do comércio de animais para a região de mineração, após como exportador de produtos agrícolas e, a partir de meados dos anos 50, como fornecedor de insumos de base para o pólo mais dinâmico da economia brasileira —, definindo, dessa forma, o papel complementar da economia gaúcha em relação à economia nacional; a dominação econômica e política da burguesia agrária e o papel secundário da burguesia industrial até a década de 70; o processo de

* Agradeço a Maria Isabel H. da Jornada pela valiosa colaboração. A Denise Gros e a Ricardo Brinco pela leitura cuidadosa e pelas sugestões. Aos bolsistas Cláudia Maria H. Pereira e Paulo Panassol pelo trabalho de digitação e conferência da versão preliminar do texto.

** Socióloga da FEE e Pesquisadora do CNPq.

¹ Tal procedimento metodológico — o de estabelecer generalizações para o conjunto da sociedade brasileira, tomando como referência, sobretudo, São Paulo e Rio de Janeiro — vem sendo contestado por pesquisadores dedicados ao estudo das economias regionais. O argumento utilizado é o de que essa postura teórica, ao não captar as especificidades destas últimas, acaba traçando um perfil provavelmente equivocado da sociedade brasileira como um todo. Ver, a esse respeito, os artigos de Targa (1992, 1993).

imigração, ocorrido de forma diferente ao de São Paulo, posto que, enquanto os imigrantes se instalaram, nesse estado, como assalariados, chegaram como pequenos proprietários no extremo sul do País. Pretendeu-se, assim, investigar os empresários locais à luz dessas particularidades que caracterizaram a formação do RS.

O marco teórico que norteou a linha de pesquisa se fundamentou nos estudos de Eli Diniz e Renato Boschi,² que superaram as interpretações anteriores, marcadas pela polaridade — ora a burguesia era hegemônica, ora, dada a ausência dessa hegemonia, era tida como passiva diante do Estado e do capital estrangeiro. Inaugura-se uma nova corrente, que resgata o significado político do empresariado, mesmo admitindo a inexistência de uma hegemonia burguesa e a presença de um Estado forte. Daí a importância desses autores para o entendimento do papel estratégico da classe no processo de industrialização no Brasil.

Desse marco teórico derivou uma terceira motivação para investigar os industriais gaúchos, relacionada à curiosidade de verificar a legitimidade de uma crença muito difundida no RS, qual seja, aquela que os define como ideologicamente frágeis e politicamente limitados nas articulações em defesa de seus interesses.

O referencial histórico que orientou as diferentes pesquisas se baseou na constatação da forma de inserção secundária da economia gaúcha na brasileira, com parte de seu excedente sendo transferido para o eixo mais dinâmico da acumulação. Efetivamente, esse papel esteve na base da própria constituição do capitalismo no sul do País, confirmando a forma desigual como se desenvolveu o modo de produção capitalista no Brasil, privilegiando determinados capitais — localizados em certas regiões — em detrimento de outros. No caso, São Paulo e Rio de Janeiro foram os grandes favorecidos. Ao RS, bem como a outras regiões, coube um papel secundário na divisão inter-regional do trabalho.

Finalmente, interessava conhecer as posições do empresariado industrial gaúcho no contexto de um Estado marcadamente autoritário — como foi o de pós 64, que restringiu enormemente a atuação dos diferentes grupos sociais —, bem como em uma situação de aprofundamento da internacionalização da economia brasileira, com a abertura maciça ao capital estrangeiro.

Esse conjunto de considerações constituiu-se no pano de fundo que norteou a fase inicial das pesquisas desenvolvidas pela FEE acerca do empresariado industrial gaúcho no pós 64. Representou uma primeira aproximação com o objeto de estudo, dada a insuficiência de informações sobre o tema nesse período.

O momento posterior, o cenário da década de 80, marcado pela crise econômica e pela liberalização política, motivou investigar, uma vez mais, a fração industrial da burguesia local. A curiosidade voltou-se, então, para duas ordens de indagações: conhecer, de um lado, o conteúdo de sua atuação política em um contexto de mudanças políticas³ e, de outro, suas posições acerca da organização do processo de trabalho

² São referidos aqui os estudos empíricos realizados pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERG), sob a orientação de Eli Diniz e Renato Boschi, que analisaram as relações entre Estado e empresariado. Ver, em especial, Diniz (1978) e Diniz e Boschi (1978).

³ Faz-se referência aqui aos estudos mais recentes desenvolvidos na FEE por Denise Gros (1990a) sobre a atuação política dos industriais gaúchos nos anos 80.

face à reestruturação industrial em curso no País.⁴ O fio condutor que orientou esta última pesquisa foi o do conservadorismo dos industriais do RS, apontado em estudos anteriores. A questão era verificar se esse caráter conservador dos empresários — nesse momento entendido como resistência às mudanças — também se manifestava na instância do processo de trabalho.

2 - Os industriais do RS no contexto do Estado autoritário: os anos de 1964 a 1980

É à luz de considerações dessa ordem que foi desenvolvida a linha de pesquisa sobre o empresariado industrial no RS frente ao Estado no pós 64, composta de três estudos que versaram sobre as distintas instâncias de intervenção do Estado.⁵ O primeiro voltou-se para a relação da classe com o Estado, enquanto os outros dois privilegiaram níveis específicos dessa relação: a intervenção do Estado na esfera salarial em um caso e a sua atuação diante do capital estrangeiro no outro.⁶

No que diz respeito ao estudo que trata da relação da burguesia industrial com o Estado no período 1964-78, o mesmo revelou que, distintamente dos industriais gaúchos, os do centro do País não somente atuaram em suas entidades de representação formal, como a FIESP, mas também se mobilizaram e criaram, já na década de 60, associações extracorporativas, visando solucionar os problemas específicos de seus ramos de atividade. No caso dos empresários do RS, as associações extracorporativas só viriam a ser fundadas na década de 80, constituindo a FIERGS, até essa época, a principal entidade representativa da classe junto aos órgãos estatais (GROS, 1987, p. 93). Entretanto o estudo constatou que os grandes empresários dos setores mais dinâmicos da indústria gaúcha já começavam a utilizar as associações setoriais no final da década de 70 (GROS, 1987, p.96).

⁴ Trata-se de uma pesquisa mais recente desenvolvida na FEE que tem como objeto de estudo **A organização do processo de trabalho: a perspectiva do empresariado industrial**. Integram a equipe, além da autora, as sociólogas Ilaine Zimmermann e Maria Isabel H. da Jornada (1990).

⁵ As constatações apresentadas nesse item são fruto dessa linha de pesquisa desenvolvida na FEE. Foram aqui utilizados três estudos: **Burguesia Industrial gaúcha e o Estado nacional: 1964-1978**, de Denise Gros (1987), publicado na íntegra; **Os industriais gaúchos e a política salarial**, de Maria Isabel H. da Jornada (1989), parcialmente publicado; e **La bourgeoisie industrielle face au capital étranger: le cas du Rio Grande do Sul (Brésil): 1964-1973**, de Naira L. Lapis (1987), também parcialmente publicado. As pesquisas de Sandra Pesavento sobre a burguesia gaúcha não são citadas aqui posto que se referem a um período distinto daquele ora abordado, o da República Velha. De igual forma, os estudos de Marli Mertz desenvolvidos na FEE também fogem do período enfocado.

⁶ A reconstituição do pensamento do empresariado gaúcho frente à atuação do Estado (GROS, 1987) e ao capital estrangeiro (LAPIS, 1987, 1987a) foi feita, preferencialmente, a partir de suas manifestações na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) e, secundariamente, através de entrevistas realizadas junto a lideranças industriais locais durante 1985 e 1986. As questões estiveram basicamente relacionadas com o período 1964-78, o que exigiu dos entrevistados que recorressem permanentemente a sua memória. Já o estudo sobre o empresariado industrial gaúcho frente à política salarial valeu-se exclusivamente da FIERGS como fonte de informações.

Os anos de 1974 a 1978 foram marcados por uma intensa mobilização do empresariado nacional, em especial no que diz respeito à campanha contra a estatização. O empresariado gaúcho participou desse debate de "forma marginal". A discussão acerca da intervenção do Estado na economia e da liberalização do regime deu-se "com atraso", comparativamente ao verificado no caso do empresariado do centro do País. O questionamento feito pela classe em relação ao crescimento das funções estatais "(...) não era direto, mantendo-se a nível de uma crítica velada e cautelosa da atuação econômica do Estado, sempre suavizada por afirmações de confiança e disposição de cooperar com o Governo" (GROS, 1987, p.95). As conclusões do estudo apontam também o fato de que os industriais gaúchos — cientes de seu papel secundário ao longo do desenvolvimento do capitalismo no RS, dada a preponderância econômica e política da burguesia agrária, verificada até a década de 70 — mantiveram relações de natureza "moderada e submissa" com o Estado nacional. Ao mesmo tempo, revelaram "certa habilidade", na medida em que souberam intercalar "(...) elogios com críticas moderadas à atuação econômica do Estado na tentativa de obter benefícios sem provocar conflitos (...) " (GROS, 1987, p.95).

Quanto à pesquisa que examinou o pensamento do empresariado industrial gaúcho frente à intervenção do Estado na instância que corresponde à determinação dos níveis de remuneração da força de trabalho, ficou evidenciada uma postura conservadora e até mesmo autoritária que se manifestou, sobretudo, nas relações de trabalho, de forma especial nas disputas salariais. A tutela estatal — expressa na implantação da política salarial — não encontrou resistências no meio industrial gaúcho, diferentemente do que ocorreu no centro do País, que, a partir da segunda metade dos anos 70, registrou questionamentos crescentes à presença do Estado por parte do empresariado paulista. Os industriais rio-grandenses "(...) têm concordado com a intervenção do Estado nessa instância, sempre que ela assegure o disciplinamento dos salários" (JORNADA, 1989, p.49). A resolução dos conflitos salariais representou uma preocupação constante para a classe, dado que, naquele momento (anos 60 e 70), os industriais locais creditavam ao controle salarial a garantia da capacidade competitiva da indústria rio-grandense no mercado nacional. Daí, ao longo do período analisado — 1964-80 —, se posicionaram claramente em favor de uma política de arrocho salarial. Para tanto, argumentavam que "(...) no RS predominavam as pequenas e, secundariamente, as médias empresas, onde a mão-de-obra tinha expressiva participação nos custos, o que deixava o Estado em desvantagem frente a São Paulo, cujo parque industrial contava com um número significativo de grandes empresas" (JORNADA, 1989, p.69). Dessa forma, os reduzidos salários traziam vantagens para os empresários gaúchos, pois compensavam as condições desfavoráveis que enfrentavam, comparativamente a São Paulo, no terreno da produtividade (Jornada, 1989, p.69). A análise do depoimento dos empresários da FIERGS acerca da política salarial vigente no período em análise revelou que o apoio incondicional à presença do Estado como garantia da compressão salarial, a par de todos os seus condicionantes históricos, estava calcada nas especificidades do parque fabril do Rio Grande do Sul. A postura do empresariado local não expressava apenas uma questão ideológica, proveniente da sua formação cultural, respondia a uma necessidade de outra ordem, que era, no extremo, a sobrevivência dos capitais aqui instalados. Nesse sentido, a pesquisa mostra que o empresário industrial rio-grandense sabia muito bem o que lhe convinha e por que lutava, não aparentando fragilidade e passividade diante do Estado (JORNADA, 1993).

O estudo sobre as relações dos empresários gaúchos com o capital estrangeiro durante o período 1964-73 (LAPIS, 1987), por sua vez, foi motivado não só pelas razões anteriormente apontadas como também pela circunstância de a indústria do Rio Grande do Sul ter, historicamente, se caracterizado como sendo pouco captadora de recursos externos. Uma das questões que então se colocava era a de saber se teria havido alguma forma de resistência por parte dos empresários ao ingresso do capital estrangeiro no Estado. Essa formulação apoiava-se no fato de no seio do Partido Trabalhista Brasileiro — de reconhecido peso na vida política do RS — destacar-se uma tendência que colocava restrições à participação do capital estrangeiro na economia, definindo-se por um tipo de desenvolvimento mais autônomo.

Tendo presente esse conjunto de indagações, o referido estudo, em conformidade com o marco teórico que norteou a linha de pesquisa, tomou como referência as pesquisas de Diniz e Boschi, que salientam terem os anos 60 acentuado — sobretudo após a instauração do regime militar em 1964 — a autonomia relativa do Estado diante dos interesses das diferentes frações do capital, bem como aprofundado a internacionalização da economia brasileira. Essa linha de interpretação reconhece que o empresariado industrial foi incapaz de impor um projeto político de dominação para o conjunto da sociedade e que coube ao Estado o papel de agente principal da acumulação. As análises revelam, no entanto, que a existência de um Estado forte e a ausência de hegemonia por parte da burguesia industrial não significam que os empresários tenham permanecido passivos e desarticulados. Ao contrário, essa fração de classe desempenhou, historicamente, um papel muito ativo, que não ficou enfraquecido face à atuação do Estado e do capital estrangeiro, tendo, isto sim, se adequado às necessidades impostas por um tipo de desenvolvimento associado. Prova disso é o apoio dos industriais brasileiros à condução por parte do Estado pós 64 de um projeto de modernização econômica repousando sobre a noção de segurança nacional e à utilização do capital estrangeiro como fonte externa de financiamento.

Esse é o pressuposto que orientou o estudo sobre o empresariado do RS e que visou conhecer suas posições acerca da participação do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento do Estado. As evidências empíricas foram mostrando, à medida que a pesquisa se aprofundava, a inconsistência da hipótese a respeito de possíveis resistências dos industriais locais ao ingresso de recursos externos.

Na realidade, a fração industrial da burguesia local posicionou-se favoravelmente pela participação do capital estrangeiro na economia brasileira, encarando a alternativa do financiamento externo para o prosseguimento da acumulação como uma possibilidade promissora. Todavia o comprometimento da classe com esse modelo de desenvolvimento associado não foi incondicional, posto que veio acompanhado da necessidade de reservar-lhe determinadas áreas econômicas. De fato, os industriais gaúchos mobilizaram-se na busca de recursos financeiros necessários à industrialização, organizando viagens ao Exterior, encontros, seminários, etc., na tentativa de atrair os investidores estrangeiros para o Rio Grande do Sul. No entanto transparecia nos depoimentos dos empresários a importância de estabelecer limites à participação do capital estrangeiro visando à defesa e a manutenção de um espaço econômico de atuação para o empresariado nacional. O exame das posições dos industriais rio-grandenses frente ao capital estrangeiro no período em análise revelou que eles se apresentaram como atores relevantes, não se caracterizando como um grupo passivo e politicamente desarticulado. O desempenho de um papel ativo evidenciou-se, de um lado, na mobilização para obter financiamento externo e, de outro, na definição de

limites ao capital estrangeiro tanto no que diz respeito às áreas de atuação quanto no que se refere à formulação de leis reguladoras.

"Lutaremos para que o capital estrangeiro tenha aqui as portas sempre abertas, quando buscar atividades industriais ainda disponíveis e que são tantas em nosso País, cabendo-nos, então, e o faremos, garantir os legítimos interesses desse capital." (Relat. FIERGS/CIERGS, 1971, p.15).

"(...) o capital estrangeiro é bom e saudável ao País, desde que este disponha de um Governo independente que não se dobre às imposições de capital externo. (...) o aspecto importante é que a participação do capital estrangeiro em nossa economia é regulada por lei, que estabelece claramente os limites para os retornos dos investimentos. O fundamental mesmo é que esta lei não seja burlada (...)" (Relat. FIERGS/CIERGS, 1972, *apud* LAPIS, 1987a, p.90).

Essa constatação demonstra a pertinência dos estudos de Diniz e Boschi acerca do empresariado nacional para o entendimento dos industriais gaúchos, pois, pelo menos no que diz respeito às suas relações com o capital estrangeiro, os empresários do RS não se diferenciaram — senão em grau — de seus pares do centro do País.

Nos anos 60 e 70, as análises dirigiram o seu foco preferencialmente para a relação do Estado com as classes sociais — no caso o empresariado industrial —, na tentativa de elucidar o papel dessa fração de classe na consolidação da ordem industrial no Brasil. Na década de 80, precipitou-se outro conjunto de preocupações para os estudos sobre o empresariado, que advêm da própria crise que assola a economia e dos desafios que ela acarreta para a continuidade do crescimento. Nesse cenário de cores diversas, algumas atingem matizes mais fortes e colocam o empresariado face a uma nova realidade: a crise internacional e suas repercussões no plano interno impulsionam novas estratégias de expansão.

3 - Os industriais gaúchos frente à crise econômica e à liberalização política: a década de 80

A partir da década de 70, começaram a fazer-se sentir os sintomas da crise que viria a atingir os países centrais. Assistiu-se ali, de um lado, à queda dos níveis de produção e de produtividade e, de outro, à elevação das taxas de inflação, sendo também contida a tendência ao pleno emprego e ao aumento progressivo dos salários. O **Welfare State** resultou enfraquecido, o que implicou cortes nos investimentos de caráter social. Esses elementos refletiram-se negativamente no consumo de massa, base de sustentação do modelo fordista, aprofundando os efeitos recessivos na economia.

No contexto brasileiro, a crise desencadeou-se ao final dos anos 70, tendo um caráter distinto daquela dos países centrais. Enquanto, no caso destes últimos, se tratava de uma questão de esgotamento do modelo fordista, para a economia brasileira o problema era de natureza financeira. Conforme salientado por Erber (1992, p.24), o financiamento do crescimento econômico no Brasil assentou-se na dívida externa, na dívida pública e nas transferências de renda via inflação. Com a elevação das taxas de

juros internacionais, desencadeada pela política econômica dos Estados Unidos em 1979, desfez-se o frágil equilíbrio que sustentava o tripé Estado—capital estrangeiro—capital privado no País.

Os anos 80, por sua vez, caracterizaram-se por um crescimento econômico fraco e descontínuo; à crise financeira da década anterior sobrepôs-se uma crise industrial, com claros reflexos negativos em termos das condições de competitividade do parque produtor brasileiro.

A década de 80 foi também marcada pela crescente perda de legitimidade do regime militar, o que contribuiu para o advento da **Nova República** em 1985 e o retorno à democracia, inclusive com a eleição da Assembleia Nacional Constituinte, que resultou na promulgação da nova Constituição em 1988.

Tal situação de crise econômica que marcou os anos 80, ao obrigar as classes sociais a se confrontarem com a dura realidade, acabaria desencadeando importantes mobilizações na defesa dos interesses específicos dos diferentes agentes econômicos. Nesse sentido, verificou-se uma reestruturação do movimento sindical brasileiro, resultando no questionamento da própria legislação sindical e de sua base corporativa. Às reivindicações de cunho econômico — predominantes ao longo do período autoritário, em razão do controle estatal sobre os sindicatos, que restringiu sua atuação política — aliam-se outras de ordem política. Questões como democratização do País, autonomia sindical, direito à greve, negociação direta com patronato e melhores condições de trabalho foram incorporadas à pauta de negociações dos trabalhadores. A organização e a mobilização destes últimos, no transcurso dos anos 70 e 80, refletiram-se nos direitos sociais conquistados, mesmo que parciais, e incorporados à Constituição de 1988 (LAPIS, 1993, p.238).

Pelo lado dos empresários, também se verificaram — nesse ambiente de crise econômica e mudanças políticas — significativas alterações de comportamento.⁷ Elas se expressaram, sobretudo, na renovação das lideranças nas federações de indústrias; na participação direta de alguns empresários na esfera política; na criação de entidades de natureza ideológica, das quais se destaca o Instituto Liberal; e na divulgação pública de suas posições através da ampla utilização dos meios de comunicação.

Um dos exemplos recentes mais notáveis, que demonstra o peso político do empresariado brasileiro, incluindo sua fração industrial, está associado às expressivas mobilizações para impedir a incorporação à nova Constituição de itens relativos à redução da jornada de trabalho, à estabilidade no emprego e ao direito irrestrito de greve. Tudo isso se refletiu em uma postura mais transparente por parte do empresariado, inclusive com participação política direta de suas lideranças, redundando em amplo uso dos meios de comunicação, dos partidos e até das manifestações de rua. As mesmas observações aplicam-se ao empresariado do RS, que não permaneceu alheio a essa movimentação e se empenhou igualmente na luta para impedir a aprovação das demandas dos trabalhadores.

⁷ As considerações apresentadas a seguir fundamentam-se nos últimos estudos de Denise Gros (1989, 1990a, 1990b) sobre a Atuação política do empresariado gaúcho na década de 80.

"Lideranças empresariais de todo País manifestaram-se contra essas medidas, destacando-se a mobilização do empresariado gaúcho, liderado pela FIERGS, através do Movimento pela Liberdade Empresarial em 1987, e a campanha articulada pela UBE, com organizações regionais de empresários para a divulgação de manifestos na imprensa, como o Alerta à Nação em outubro de 1987 e Por Uma Constituinte Livre como a Livre Iniciativa em dezembro do mesmo ano." (GROS, 1990, p.386).

O aprofundamento da crise, com o esgotamento do padrão de crescimento econômico vigente até então, motivou, por outro lado, um amplo debate entre expressivos líderes empresariais em torno de questões relacionadas com a livre iniciativa, a privatização, a reforma do Estado e a economia de mercado, em uma demonstração inequívoca da adesão dos empresários aos princípios neoliberais. O empresariado do RS inseriu-se também nesse debate e criou a seção regional do Instituto Liberal, entidade de cunho nacional mantida por grandes empresários para divulgar a ideologia liberal. Além disso, os empresários fundaram o Instituto de Estudos Empresariais do Rio Grande do Sul (IEE), destinado a formar quadros para difundir o receituário neoliberal no Estado.⁸

Todas essas transformações que marcaram o cenário nacional nos anos 70 e 80 foram também acompanhadas por um processo de reestruturação industrial, com vistas a fazer frente ao novo patamar de competitividade definido no plano internacional. Novas tecnologias e formas diferentes de organização do trabalho passaram a ser adotadas, em maior ou menor escala, pelas empresas brasileiras como resposta do capital às exigências do mercado mundial.

Com o objetivo de verificar se os industriais do RS estão acompanhando as mudanças em curso, foi realizada uma pesquisa específica, circunscrita aos grandes empresários do setor metalúrgico do RS. A opção metodológica para investigar os dirigentes de empresas de grande porte fundamentou-se no pressuposto de que são eles que impulsionam o conjunto da classe para as mudanças, contribuindo para a definição dos rumos do desenvolvimento industrial. A literatura sobre o empresariado industrial no Brasil tem apontado o fato de serem os grandes empresários, ligados aos ramos mais dinâmicos, os que efetivamente promovem mudanças, sendo as mesmas assimiladas, em uma etapa posterior, pelo conjunto da classe.

A opção pelo setor metalúrgico decorre do seu significativo peso relativo no valor da produção da indústria de transformação do Estado, bem como no total do pessoal ocupado (8,6 e 9,7%, respectivamente, segundo o Censo Industrial do IBGE de 1980). No plano político, sua relevância evidencia-se na igualmente expressiva participação dos empresários desse setor na direção da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, na condição de presidente e vice-presidente. A atuação desses industriais na FIERGS atesta não só o peso econômico da indústria metalúrgica no

⁸ "O IEE foi criado em novembro de 1984, por um grupo de 15 jovens empresários liderados por Willian Ling, na época com 27 anos e diretor da Olivebra S/A Indústria e Comércio de Óleos Vegetais. O objetivo era formar um grupo fechado, no qual o ingresso seria condicionado ao preenchimento de determinadas condições: ser indicado por um sócio, ser empresário jovem com grau universitário, estar interessado em discutir problemas do País e em aprofundar-se na ideologia liberal." (GROS, 1990, p.387).

Estado, como também a liderança política exercida por esse segmento do empresariado local (JORNADA, LAPIS, 1990, p.550).

O que se pode depreender das entrevistas realizadas junto aos empresários⁹ é que todos manifestaram disposição para realizar mudanças em suas empresas, com a intenção de acompanhar os avanços verificados nos segmentos mais dinâmicos da indústria nacional, bem como para enfrentar a competição no mercado internacional, visto que a maioria das empresas pesquisadas atuam predominantemente no mercado externo. As palavras de um dos empresários entrevistados corroboram essa constatação: "Existe uma vontade política, uma decisão em querer fazer as modificações no sentido de implantar as técnicas e operar de forma semelhante às empresas mais avançadas. É uma questão de estratégia de sobrevivência" (JORNADA, LAPIS, 1990, p. 584).

4 - Conservadorismo político e flexibilidade para as mudanças tecnológicas: reflexões para uma hipótese

As diferentes análises aqui retomadas revelaram que a forma como se constituiu o capitalismo no extremo sul do País condicionou determinadas características do parque fabril gaúcho. A esse respeito, a percepção do empresariado local tendeu sempre a apontar problemas relacionados à precariedade da infra-estrutura (especialmente energia elétrica e transportes) e à escassez de recursos financeiros. Da mesma forma, reivindicou sistematicamente um atendimento mais equitativo por parte do Estado, argumentando com o favorecimento de outras regiões em detrimento do RS.

Aparece aqui uma especificidade dos industriais locais, expressa na insatisfação da classe quanto ao desempenho do Estado em suas funções de provedor de infra-estrutura e de distribuidor de recursos financeiros. Em algumas circunstâncias, no entanto, essas críticas abrandavam-se, em favor da adoção de posições ambíguas e até mesmo contraditórias, evitando o confronto aberto com o Estado. A campanha contra a estatização é ilustrativa desse aspecto. Enquanto os empresários do centro do País se mobilizaram para impor limites à intervenção do Estado na economia, os seus pares do RS manifestaram-se tardiamente.

Nos estudos realizados, ficou sempre transparente a nítida atitude, por parte dos empresários locais, de defesa de seus interesses específicos. Mais concretamente, a classe demonstrou saber avaliar muito bem o momento de recuar e o de avançar quando estavam em jogo suas margens de lucro. Nesse sentido, o empresariado local

⁹ As sete entrevistas realizadas tiveram como eixo temático a questão da utilização ou não de um ferramental diversificado como CAD/CAM, máquinas-ferramentas CNC *just-in-time* e *kanban*, entre outros. Procurou-se também investigar se estão sendo implantados programas participativos voltados à motivação da mão-de-obra com vistas à obtenção de melhorias no processo de produção, destacando-se o *Kaisen* e os *CCQs*, ambos inspirados no modelo japonês. Foram igualmente investigados problemas ligados à estrutura de salários e de cargos, rotatividade da mão-de-obra, treinamento e relações com os sindicatos.

não se apresentou como um grupo ideologicamente frágil e limitado nas articulações em defesa de seus interesses conforme pretendia atestar aquela crença a seu respeito. Ao contrário, quando da instauração do regime militar, a classe agiu na defesa dos princípios básicos do capitalismo, aderindo ao regime militar implantado em 1964, apoiando as medidas políticas adotadas pelo Estado autoritário para o desmantelamento do regime populista. Nesse particular, os industriais do Rio Grande do Sul não se diferenciaram do conjunto do empresariado industrial nacional. Tampouco distinguiram-se no que concerne às questões relativas à modernização tecnológica, se bem que em níveis distintos de adesão e comprometimento. De fato, verificou-se que, em maior ou menor grau, as fábricas gaúchas que compuseram a amostra estão implementando mudanças, ao mesmo tempo em que ficou evidenciada a vontade desse empresariado de realizar inovações com vistas a se adaptar aos desafios dos novos tempos.

"Na verdade não poderia ser diferente, pois, se a preocupação maior da classe dos empresários era proteger fatias de mercado, era preciso manter a empresa competitiva. Em outros termos, diante da luta concorrencial, não há espaço para o conservadorismo" (JORNADA, LAPIS, 1990, p.585).

No plano político, constatou-se a persistência de traços de uma postura conservadora e mesmo autoritária do empresariado industrial. Na relação capital/trabalho, depreende-se a permanência da discrepância entre incrementos de produtividade e aumentos reais dos salários, a existência de condições de trabalho precárias e a ausência de uma efetiva política de estabilização da mão-de-obra. No referente ao sindicato, observaram-se resistências para adotar uma atitude democrática, que se traduziria no reconhecimento do sindicato como legítimo representante dos interesses dos trabalhadores, com direito de intervir no curso das mudanças tecnológicas.

As evidências empíricas estão a indicar, assim, que não ocorreram transformações substanciais no comportamento dos industriais do Brasil meridional. É nesse sentido que se deve refletir acerca das possibilidades e dos limites do empresariado regional — ainda que não se constitua em um ator político estratégico — na edificação de uma nova ordem no País, que avance em direção à consolidação da democracia econômica e política para o conjunto da sociedade e não apenas para o capital.

Bibliografia

- CARDOSO, Fernando Henrique (1964). **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- DINIZ, Eli (1978). **Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato (1978). **Empresariado nacional e estado do Brasil**. Rio de Janeiro: Forense/Universitária.
- ERBER, Fábio (1992). Desenvolvimento industrial e tecnológico na década de 90: uma nova política para um novo padrão de desenvolvimento. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.13, n.1, p.9-42.

- GROS, Denise (1985). Os industriais gaúchos e o Estado no pós-64. **Ensalos FEE**, Porto Alegre, v.12, n.2, p.141-169.
- GROS, Denise (1987). **Burguesia industrial gaúcha e o estado nacional: 1964-78**. Porto Alegre: FEE. (Teses, 12).
- GROS, Denise (1989). Os industriais gaúchos e a Constituinte: uma reflexão acerca do "Movimento pela liberdade empresarial". **Ensalos FEE**, Porto Alegre, v.17, n.2, p.130-146.
- GROS, Denise (1990). Empresariado e atuação política na Nova República: notas sobre as entidades liberais no Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v.17, n.4, p.113-120.
- GROS, Denise. (1990a). A atuação política do empresariado industrial gaúcho nos anos 80. In: ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de, coord. **A economia gaúcha e os anos 80: uma estratégia regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: FEE. t.2, p.382-401.
- JORNADA, Maria Isabel H. (1993). **O empresariado industrial gaúcho e a política salarial: 1964-1980**. Porto Alegre, UFRGS. (Tese de mestrado, mimeo).
- JORNADA, Maria Isabel H. da (1989). Os industriais gaúchos e a política salarial: "por quem os sinos dobram". **Ensalos FEE**, Porto Alegre, v.10, n.1, p.47-72.
- JORNADA, Maria Isabel H. da e LAPIS, Naira Lima (1990). A organização do processo de trabalho: a perspectiva do empresariado industrial. In: ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de, coord. **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: FEE. t.3, p.549-564.
- LAPIS, Naira Lima (1987). **La bourgeoisie industrielle face au capital étranger: le cas du Rio Grande do Sul (Brésil), 1964-1973**. Paris: Universidade de Paris VIII (Tese de doctorat de III cycle, mimeo).
- LAPIS, Naira Lima (1987a). A burguesia industrial gaúcha e a sua relação com o capital estrangeiro: os anos 1964-73. **Ensalos FEE**, Porto Alegre, v.8, n.2, p.77-94.
- LAPIS, Naira Lima (1993). Comentários acerca das modificações no processo de trabalho no Brasil: uma perspectiva histórica. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.20, n.4, p.231-244.
- MARTINS, Luciano (1968). **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Saga.
- TARGA, Luiz R. P. (1992). Permanência na longa duração: questões e explicação da trajetória comparada de São Paulo e do Rio Grande do Sul. **Ensalos FEE**, Porto Alegre, v.13, n.2, p.534-545.
- TARGA, Luiz R. P. (1993). 1893, Rio Grande do Sul: qual o significado da revolução. **Ensalos FEE**, Porto Alegre, v.14, n.2.